



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 5/2022/TRE-RO.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 5/2022/TRE-RO (EVENTO [0814182](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI TRE-RO N. [0001039-38.2021.6.22.8000](#)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 22/2021 ((LEI 8.666/1993)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE-RO N. 05/2022

TERMO ADITIVO AO CONTRATO FIRMADO ENTRE O TRE-RO E A EMPRESA NOBRE SERVICOS DIGITAIS LTDA, PARA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, CAPTAÇÃO DE IMAGENS E SONS, PRODUÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VÍDEOS E SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE IMAGENS COM SUA RESPECTIVA GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO AO VIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **NOBRE SERVICOS DIGITAIS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n. 20.433.203/0001-89, com sede na Travessa do Porto, nº. 25, bairro Pedrinhas, em Porto Velho/RO, CEP: 76.801-464, Telefone(s): (69) 99397-5699 e E-mail(s): nobrelicitacoes@hotmail.com, neste ato representada por **MARCOS AURÉLIO CAVALCANTE NOBRE JÚNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG ***581-SSP/RO e do CPF ***.428.492-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no DESPACHO Nº 1180 / 2023 - PRES/DG/GABDG, de 06/10/2023 (evento [1069259](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presente instrumento, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I) Registrar o 1º reajuste ao valor do Contrato TRE-RO 05/2022, no percentual de 1,08133390%, correspondente ao índice de correção no período de outubro de 2021 a outubro de 2022 (variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), com efeitos a contar de 29/10/2022 (um ano após a data da proposta, cuja proposta inicial foi apresentada em 29/10/2021, consoante se verifica no evento [0756688](#));

II) Prorrogar por mais 18 (dezoito) meses o prazo de vigência do Contrato TRE-RO nº. 05/2022, contados a partir de 12/10/2023 até 11/04/2025;

III) Prorrogar por mais 17 (dezessete) meses o prazo de execução do Contrato TRE-RO nº. 05/2022, contados a partir de 12/09/2023 até 11/02/2025; e

IV) Incluir a CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA ao Contrato TRE-RO n. 05/2022, para a inclusão de cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO, que passará a vigorar com a seguinte redação:

[...]

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A CONTRATADA deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

[...]

Subcláusula Primeira – O detalhamento e as justificativas para os itens I, II e III do presente instrumento constam na Manifestação 12/2023/ASCOM (evento [1067614](#)) e nos demais documentos inseridos nos autos no Processo SEI TRE-RO n. 001843-35.2023.6.22.8000, incluindo no E-mail evento [1066147](#), por meio do qual a Contratada anuiu com a prorrogação e com o reajuste supramencionados.

Subcláusula Segunda – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Termo Aditivo é no valor estimado total de **R\$ 40.112,04** (Quarenta mil cento e doze reais e quatro centavos), que corresponde ao somatório dos impactos do reajuste e da prorrogação deste contrato registrados na Cláusula Primeira deste instrumento (R\$ 2.806,02 + R\$ 37.306,02), conforme abaixo:

TABELA 1 - QUADRO RESUMO DO TERMO ADITIVO N. 01

Lote/Grupo 02

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Qtd. TRE/RO	Valor inicial (R\$)	Preço Unitário Reajustado (R\$)
						índice = 1,08133390

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01	Contratação do serviço de instalação de 2 (duas) unidades de painel de LED (3m x 5m) para divulgação de eventos institucionais	Período de 4 horas	7.000,00	3	21.000,00	7.569,34
02	Contratação do serviço de instalação de 1 (uma) unidade de painel de LED (3m x 5m) para divulgação de eventos institucionais	Período de 4 horas	4.500,00	3	13.500,00	4.866,00
					R\$ 34.500,00 (Valor Total Inicial Contrato)	

Fonte: Manifestação 12/2023 - PRES/ASESP/ASCOM e Anexo IPCA –
Compilado (eventos [1067614](#) e [1066293](#)).

Subcláusula Primeira - O valor do impacto deste 1º reajuste é de R\$ 2.806,02, decorrente do valor atualizado com este 1º reajuste (R\$ 37.306,02) menos o valor do contrato inicial (R\$ 34.500,00).

Subcláusula Segunda - O valor do impacto desta prorrogação contratual é de R\$ 37.306,02, considerando o novo valor deste contrato após a aplicação do 1º reajuste.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente instrumento serão suportadas mediante Nota de Empenho 2023NE000490, de 06/10/2023, a ser reforçada, caso necessário.

Subcláusula Quinta - O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 37.306,02 (trinta e sete mil trezentos e seis reais e dois centavos).

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/1993, consoante regras estabelecidas na CLÁUSULA SEXTA do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo instrumento é celebrado com fundamento na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do contrato originário e no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/1993 (reajuste); no artigo 57, II, da Lei 8.666/1993 e Cláusula Quarta do Contrato nº 05/2022 (prorrogação); e no art. 60 da Lei n. 8.666/1993 (alteração/retificação/inclusão de informações e condições).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrito e ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário que não tenham sido alteradas pelos Termos Aditivos e pelas Apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, outubro de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	MARCOS AURÉLIO CAVALCANTE NOBRE JÚNIOR Pela CONTRATADA
	Luciano da Silva Santos Braga

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	CPF: ***.434.482-** Testemunha
---	-----------------------------------

ANEXO I DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 05/2022/TRE-RO**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos Termos Aditivos/Apostilas:**

Contrato/Termo Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada Termo Aditivo/Apostila	Percentual de acréscimo/supressão já efetuados nesta contratação em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário)
Contrato n. 05/2022 (assinado em 11/04/2022) – Volume VIII do PA (evento 0814182) Vigência de 18 (dezoito) meses, a contar de 11/04/2022 até 11/10/2023; e Vigência de 17 (dezessete) meses, a contar de 11/04/2022 até 11/09/2023.	R\$ 34.500,00	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Garantia de 5%)		
1º Termo Aditivo (assinado em ____/10/2023) – Volume XIV do PA (evento 1071109). I - Reajuste de 1,08133390% referente ao acumulado do IPCA em outubro/2021 a outubro/2022, com efeito a contar de outubro/2022 (R\$ 2.806,02); II – Prorrogação do prazo de vigência por mais 18 meses, a contar de 12/10/2023 até 11/04/2025 (R\$ 37.306,02); III - Prorrogação do prazo de execução por mais 17 meses, a contar de 12/09/2023 até 11/02/2025; e IV - Inclusão de Cláusula sobre a LGPD. (Garantia de 5%)	R\$ 40.112,04	

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/10/2023, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS AURELIO CAVALCANTE NOBRE JUNIOR, Usuário Externo**, em 10/10/2023, às 20:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 11/10/2023, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 11/10/2023, às 13:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1071109** e o código CRC **07CB31A9**.

0001039-38.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SECOM

ASSUNTO: Possibilidade de prorrogação, acréscimos e reajuste – Contrato n. 05/2022 – Contratada: NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA – Serviços de filmagem, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo (Instalação de painéis de LED para divulgação de eventos institucionais) – Minuta de Termo Aditivo - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 220 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica, foi firmada a contratação da NOBRES SERVIÇOS DIGITAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob n. 07.494.365/0001-69, para a prestação de serviços de instalação de unidades de painéis de LED para divulgação de eventos institucionais deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, dimensionada para 18 (dezoito) meses, a partir de 11/04/2022, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 05/2022 ([0814182](#)), atualmente em plena execução.

02. Aproximando-se o término da vigência, por meio da Manifestação nº 12/2023 ([1067614](#)), a Seção de Comunicação Social - SECOMS, gestora do contrato, solicita a prorrogação da avença por mais 18 meses e reajuste contratual referente ao período de outubro de 2021 a outubro 2022.

03. Por meio do Despacho nº 2277/23 ([1067615](#)), o Secretário substituto da SAOFC determinou o envio do processo à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaboração da minuta de aditivo contratual e, por fim, à esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

04. Na Informação n. 182/2023 ([1067730](#)), a COFC noticiou que, por se tratar de despesa que também ocorrerá no exercício de 2024 não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024. Em complemento, registrou que na elaboração da proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024, processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação. Ainda, no Despacho nº 1232/2023 ([1067740](#)), informou que a despesa estava prevista no planejamento orçamentário do exercício corrente e que a proposta orçamentária de 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#). Na sequência, a SPOF trouxe ao processo a programação orçamentária da despesa pretendida ([1067763](#)) para este exercício, oportunidade em que registrou:

1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

05. Nesses termos, a SECONT trouxe ao processo a minuta do **Primeiro Termo Aditivo** ao ajuste originário ([1068762](#)) para o registro dos atos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº [0001039-38.2021.6.22.8000](#)) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

08. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1. Do reajustamento de preços.

11. A pretensão de reajuste dos preços do contrato tem amparo no **art. 40, XI e 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**. Trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa no Contrato Administrativo n. 05/22 ([0814182](#)). Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário.

12. Como no caso em análise, o procedimento mais usual no âmbito desta Administração é a previsão de reajustes anuais por meio de índices pré-definidos. **Marçal Justen Filho**, ensina que o “*Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados*”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto. Sobre o tema, o **Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição**, às fls. 704 e 719, assim orienta:

*Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário***

*E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio. Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)*

13. Considerando o disposto no **art. 55 da Lei nº 8.666/93**, que determina o reajustamento de valores contratuais em decorrência da variação de certos índices, bem como do intuito de manter o equilíbrio econômico-financeiro, verifica-se o **poder-dever** de a Administração manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93;

14. No caso em tela, na Manifestação nº 12/2023 (1067614), a unidade gestora, após apresentação dos cálculos, registrou os valores atualizados dos preços dos serviços em função da aplicação do reajuste contratual, os quais constam da minuta do termo aditivo elaborado pela SECONT (1068762), de **1,08133390%**, correspondente ao valor de **R\$ 2.806,02** (dois mil oitocentos e seis reais e dois centavos), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de **outubro de 2021 a outubro de 2022**, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de outubro de 2022.

15. Dessa forma, tendo como referência os dados apresentados na referida manifestação da unidade gestora e com fundamento no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93** e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato nº 05/2022, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual de variação do IPCA no período indicado.

3.2. Da prorrogação do ajuste.

16. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se o que estabelece a **Lei nº 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

*II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).*

17. Como visto, o **primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados têm natureza contínua, já que não poderão sofrer interrupção sem prejuízo à atividade de cobertura de eventos deste tribunal com suas transmissões públicas. Vejamos a classificação conferida pela Corte de Contas Nacional:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772).

18. Há de que se destacar também que no Termo de Referência nº 5/2021 ([0721407](#)), o item 9.4 classificou o tipo de serviço como **continuado**. Veja-se:

A) O caráter contínuo de um serviço (art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993) é determinado por sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

b) Os serviços previstos no objeto deste TR, são notoriamente necessários para o desenvolvimento macro da comunicação institucional e social deste Tribunal, eis que continuamente sendo executados de forma indireta, com a finalidade de promover os objetivos e missões deste Tribunal, fato exponencialmente agravado no pós-pandemia.

c) Desta forma, o futuro contrato decorrente do certame licitatório poderá ser prorrogados na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.).

(...)

19. Destaca-se ainda que o **Contrato nº 05/2022** admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA QUARTA– O prazo de vigência deste contrato será de 18 (dezoito) meses, a contar da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, a juízo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Administração, até o limite de 60 meses, com fulcro no artigo 57, II, da Lei 8.666/93, mediante lavratura de Termo Aditivo.

20. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de sua assinatura em 11/04/2022, com prazo de duração de 18 (dezoito) meses, será prorrogado pela primeira vez pelo igual período de 18 (dezoito) meses, com vigência no período de 12/10/2023 a 11/04/2025, obedecendo assim ao referido requisito - que aliás pode ser mitigado - como também ao limite de 60 (sessenta) meses, previsto no **art. 57, II, da Lei nº 8.666/93**.

21. O **terceiro e último requisito** reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

22. Segundo registrado na Planilha Mercadológica ([1066297](#)), embasada na pesquisa de preços juntadas ao processo nº 0001843-35.2023.6.22.8000, a unidade gestora da contratação demonstra a vantajosidade do ato pretendido por meio de análise crítica dos dados coletados, concluindo que as cotações diretas com fornecedores melhor refletem o preço de mercado para os serviços em comento, apresentando uma diferença corresponde a 11% de economicidade.

23. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato, com fundamento no art. 57, II, da L. 8.666/93.

3.4. Da análise da minuta do termo aditivo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Como reportado no item 5 deste parecer, a SECONT juntou aos autos do processo a minuta do **Primeiro Termo Aditivo** ao ajuste originário ([1068762](#)) para o registro dos seguintes atos:

a) reajuste ao valor do Contrato 05/2022 ([0814182](#)) **no percentual de de 1,08133390%**, correspondente ao valor de **R\$ 2.806,02** (dois mil oitocentos e seis reais e dois centavos), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de **outubro de 2021 a outubro de 2022**, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a **partir de outubro de 2022**;

b) prorrogação por mais 18 (dezoito) meses do prazo de vigência do contrato, contados a **partir de 12/10/2023 e com término em 11/04/2025** e prorrogação por mais 17 (dezessete) meses do prazo de execução do contrato, contados a partir de 12/09/2023 com término em 11/02/2025;

c) inclusão de cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO;

d) no valor estimado total do aditivo de **R\$ 40.112,04** (quarenta mil cento e doze reais e quatro centavos), corresponde ao valor do reajuste e prorrogação do contrato;

e) exigência de complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo.

25. Verifica-se que referida minuta do Primeiro Termo Aditivo juntada ao processo ([1068762](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

26. Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações da unidade gestora, esta assessoria jurídica, opina:

I - Pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual de variação do IPCA no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

período indicado, com fundamento no art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato nº 05/2022;

II - Que não há óbices à prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 18 (dezoito) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato nº 05/2022;

Conforme já apontado no **item 4 deste parecer** foi juntada ao processo programação orçamentária ([1067763](#)) para a cobertura da despesa no exercício de 2023 e há previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 - sendo que não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária visto que depende da aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024.

27. Para cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os termos da minuta carreada ao processo ([1068762](#)).

28. Ressalta-se, por oportuno, que a presente contratação se encontra fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(...)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

À consideração da autoridade superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 04/10/2023, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 04/10/2023, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1069020** e o código CRC **09BEB126**.

0001039-38.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001039-38.2021.6.22.8000

INTERESSADO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

ASSUNTO: Possibilidade de prorrogação, acréscimos e reajuste – Contrato n. 05/2022 – Contratada: NOBRE SERVIÇOS DIGITAIS LTDA – Serviços de filmagem, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo (Instalação de painéis de LED para divulgação de eventos institucionais) – Minuta de Primeiro Termo Aditivo - Análise.

DESPACHO Nº 1180 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular procedimento licitatório, operou-se a contratação da empresa **NOBRE SERVICOS DIGITAIS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n. 20.433.203/0001-89, para a prestação de serviços de filmagem, com captação de imagens e sons, produção, edição e finalização de vídeos e serviços de captação de imagens com sua respectiva gravação e transmissão ao vivo, para atender demandas institucionais deste Tribunal, dimensionada para 18 (dezoito) meses, a partir de 11/04/2022, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 05/2022 ([0814182](#)), atualmente em plena vigência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por meio do pedido registrado nos autos PSEI n. [0000710-89.2022.6.22.8000](#), processo de gestão e fiscalização, evento n. [1066552](#), a Assessoria de Comunicação (ASCOM) - gestora do contrato - solicita a prorrogação do prazo de vigência da avença por mais 18 (dezoito) meses, bem como pela operacionalização de reajuste devido referente ao período de outubro de 2021 a outubro de 2022 ([1067614](#)).

À vista disso, a SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária da possível despesa; à SECONT para elaboração da minuta de aditivo contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1067615](#)).

A COFC, nos termos do evento n. [1067740](#), atestou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício de 2023 com previsão do montante de R\$ 14.394,09 (quatorze mil trezentos e noventa e quatro reais e nove centavos). Nos termos do evento n. [1067730](#) informou não se fazer possível operacionalizar do total da programação e reserva orçamentária neste exercício, por se tratar de despesa a ser executada no exercício de 2024, que depende de aprovação da Lei Orçamentária de Anual de 2024, registrando, contudo a previsão do montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado a despesa com o objeto desta contratação.

Com isso, a SPOF formalizou a programação orçamentária da despesa para o exercício de 2023, informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro e que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo n. 000150-50.2022.6.22.8000 ([1067763](#)).

A SECONT elaborou a minuta do Primeiro Termo Aditivo ao ajuste originário ([1068762](#)) e remeteu o feito à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1068763](#)), a qual, exarou parecer jurídico aprovando seus termos, para cumprimento do disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, a AJSAOFC opinou pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual de variação do IPCA no período indicado, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA SÉTIMA DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato n. 05/2022 ([0814182](#)) e pela possibilidade de prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 18 (dezoito) meses ([1069020](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC, considerando a necessidade do aditivo informado pela unidade gestora, bem como a existência de disponibilidade orçamentária para custeio da despesa, manifestou-se pelo deferimento do reajuste ao valor do Contrato n. 05/2022 ([0814182](#)), prorrogação dos prazos de vigência e execução contratual, bem como pela complementação de valor e atualização da garantia contratual, nos moldes como registrados nos parecer jurídico da AJSAOFC ([1069110](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Primeiramente Inicialmente cabe registrar que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93. Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133/2021, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, como é o caso sob análise.

Na presente ocasião, conforme relatado, a unidade gestora do contrato registra a necessidade de adoção de medidas para operacionalização de reajuste da avença, bem como acerca da prorrogação da vigência contratual considerando a proximidade de seu termo final, ocasião em que também anota a necessidade de inclusão de cláusula específica relativa à proteção de dados pessoais nos termos da Lei 13.709/2019 (LGPD).

Analisando os autos, verifica-se que a pretensão de **reajuste dos preços do contrato** tem amparo no art. 40, inciso XI, e art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93. Trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa na Subcláusula Sétima da Cláusula Décima Terceira do Contrato Administrativo n. 05/22 ([0814182](#)).

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise verifica-se tratar de reajuste aplicado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, previsto em cláusula contratual, referente ao período de **outubro/2021 a outubro/2022**, com efeitos financeiros sobre a contratação mencionada a partir de 29/10/2022, no percentual de **1,08133390%** decorrente da variação do referido índice no período citado, acarretando um impacto financeiro de R\$ 2.806,02 (dois mil oitocentos e seis reais e dois centavos).

Dessa forma, cumpridos os requisitos previstos para concessão do reajuste, necessária a aplicação do índice de correção pactuado, sendo o impacto financeiro do reajuste o valor de R\$ 2.806,02 (dois mil oitocentos e seis reais e dois centavos). Sendo assim, haverá necessidade de atualização dos valores do contrato n. 5/2022 ([0814182](#)), fixando seu novo valor devido ao impacto do referido reajuste aplicado.

No tocante à **prorrogação do contrato**, a unidade gestora da contratação demonstra a vantagem do ato pretendido embasada em ampla pesquisa de preços realizada, em informações extraídas de certames públicos, cotações diretas, bem como a partir de uma análise crítica dos coletados, além do registro de que a execução dos serviços demonstrou-se satisfatória e atendeu a finalidade a que se destina, destacando, também, a manifestação de interesse na prorrogação contratual por parte da contratada e a regularidade fiscal e trabalhista, conforme documentos juntados no evento n. [1066147](#).

Registra-se, também, que nos termos do evento n. [1069020](#), a AJSAOFC pontuou estarem presentes os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência (serviço de natureza contínua, prorrogação por iguais e sucessivos períodos e vantajosidade) e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, de modo que não há óbice à **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato n. 05/2022 ([0814142](#)) por mais 18 (dezoito) meses, contados a partir de 12/10/2023 com término em 11/04/2025, e prorrogação por mais 17 (dezessete) meses **do prazo de execução** do contrato, contados a partir de 12/09/2023 com término em 11/02/2025.

No que diz respeito à **inclusão de cláusula** “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Geral de Proteção de Dados - LGPD), não há óbice à operacionalização da medida, tendo em vista atualizar os termos da contratação aos procedimentos relativos à proteção de dados pessoais que as parte contratantes tenham acesso em razão da relação contratual, bem como todos os deverem requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Feitos as devidas análises, registre-se que haverá necessidade de atualização dos valores do Contrato nº **05/2022** ([0814182](#)), fixando seu novo valor em R\$ 40.112,04 (quarenta mil cento e doze reais e quatro centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado em face do valor atualizado.

Convém, também, ressaltar a necessidade de complementação da garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, nos termos previstos na Cláusula Sexta do Contrato n. 5/2022 ([0814182](#)) e já sistematizada na Cláusula Terceira da minuta juntada ao evento n. [1068762](#), a qual deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato.

Por fim, considerando a importância institucional do objeto contratado e a conclusão da operacionalização para prorrogação da avença as vésperas da expiração dos prazos de vigência e execução, **recomenda-se que as unidades gestora e fiscalizadora do contrato** diligenciem no curso da vigência da contratação acerca da necessidade de eventuais atualizações, reajustes e prorrogações contratuais com antecedência mínima a possibilitar a adoção das medidas necessárias a operacionalização das demandas em tempo hábil, evitando-se assim tumulto na tramitação da contratação para conclusão das medidas, bem como eventuais riscos ao regular fornecimento do objeto.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) autorizo o **reajuste do valor** do Contrato n. 05/2022 ([0814182](#)) no percentual de **1,08133390%**, decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de outubro de 2021 a outubro de 2022, com efeitos financeiros sobre a contratação em epígrafe a contar de 29/10/2022, com fundamento no art. 55, inciso III, da Lei n. 8.666/93 e na Subcláusula Sétima da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato n. 05/2022;

b) autorizo a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato n. 05/2022 ([0814142](#)) por mais 18 (dezoito) meses, contados a partir de 12/10/2023 com término em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11/04/2025, e prorrogação por mais 17 (dezesete) meses **do prazo de execução** do contrato, contados a partir de 12/09/2023 com término em 11/02/2025, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Quarta do Contrato n. 05/2022;

c) determino a **complementação da garantia contratual** apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Termo Aditivo, R\$ 40.112,04 (quarenta mil cento e doze reais e quatro centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Sexta do Contrato originário; e

d) autorizo a **inclusão da Cláusula Décima Sétima** ao Contrato nº. 05/2022 (evento [0814182](#)), “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS”, sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações.

À SAOFC para prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 06/10/2023, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1069259** e o código CRC **53EC9D7D**.